

O Estado de S. Paulo

5/5/1985

Invasões, e o governador parado

O País entrou em 1985 sob a expectativa da vitória de Tancredo Neves sobre seu adversário Paulo Maluf. São Paulo, e seu governador, também. Mas enquanto Montoro estava empenhado na reconhecida e necessária tarefa de fortalecer a Aliança Democrática, esqueceu-se de que a vida no Estado continuou, com momentos de tensão em vários pontos.

Logo no dia 4 de janeiro, cinco mil bóias-frias voltaram à greve em Guariba. Alguns dias mais tarde, entraram em choque com a PM, repetindo a violência que ocorrera em Sertãozinho, quando sete pessoas foram baleadas. De plantão no Palácio dos Bandeirantes, o chefe da Casa Militar, coronel Ubirajara de Almeida Gaspar, denunciou: "Grupos radicais, liderados por dirigentes da CUT e um representante do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, ligado ao PT, estão incitando os bóias-frias a enfrentar a Polícia Militar com pedaços de pau, pedras e até armas de fogo". O coronel tinha recolhido essas informações para transmitir ao governador, que não estava em São Paulo. Tinha ido a Brasília.

Os líderes da greve dos cortadores de cana admitiam que estavam perdendo o controle do movimento. Mesmo assim, o coordenador da CUT, Jair Meneghelli, confirmou: "Sempre que houver alguma reivindicação trabalhista, a Central Única dos Trabalhadores estará ao lado deles e procurará organizá-los". Tentando ter influência também nos movimentos rurais, a CUT brigou pela liderança dos bóias-frias com a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de São Paulo (Fetaesp), ligada ao Conclat, ao PMDB e ao PCB.

Em fevereiro foi a vez dos vigilantes bancários da Capital pararem. O presidente do Sindicato dos Agentes Autônomos de São Paulo, que representa a categoria, Álvaro Fagundes, disse que a greve era apoiada pela CUT, pelo PT, pelos comunistas e pela diretoria cassada do Sindicato dos Bancários. Os grevistas, sem local para se reunir, conseguiram a sala da vereadora petista Irede Cardoso para suas assembleias.

Alguns dias antes da data prevista para a posse de Tancredo, estourou mais uma greve de ônibus no ABC. Montoro denunciou a infiltração de "elementos radicais" e declarou que não podia deixar de chamar a atenção para "o aspecto suspeito de que, nas vésperas de o Brasil iniciar a democracia, haja pessoas perturbando a ordem com duas ou três greves por dia". Na mesma época os carteiros cruzaram os braços.

De 14 de março em diante, a Nação começou a viver o drama de Tancredo Neves, acompanhado muito de perto pelo governador paulista, inicialmente em contato com o Hospital de Base de Brasília, depois diretamente no Instituto do Coração. É um fato que Montoro ficou vigilante e contribuiu para a manutenção da normalidade constitucional nesse período. Mas também é um fato que no vácuo que perdurou durante toda a doença do presidente eleito tomaram corpo movimentos sindicalistas cujos reflexos sobre a economia do Estado e do País permanecem até hoje.

Primeiro, os metalúrgicos, que haviam negociado em dois grupos com a Faesp. A greve dos sindicatos ligados à Federação dos Metalúrgicos durou pouco e terminou com um acordo aceito pelas 32 entidades envolvidas. A do Grupo Independente, liderado pela CUT e Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema começou no dia 11 de abril e não terminou ainda.

No dia 26 desse mesmo mês, cerca de 300 empresários reunidos em São Bernardo assinaram um documento reclamando da "ação tímida da polícia", ressaltando que "só governo cabe

garantir a ordem, o patrimônio e a integridade física dos empresários". Também nesse dia, a GM dispensou 190 empregados e, em represália, os grevistas acamparam em sua fábrica de São Caetano.

No início do movimento, Montoro havia declarado: "O governo do Estado reconhece e garante o direito de greve dos trabalhadores, mas garante também o direito à integridade física de cada cidadão e ao respeito dos bens públicos e particulares".

Os empresários começaram a cobrar providências do Estado especialmente depois do dia 25, quando os metalúrgicos da unidade da GM de São José dos Campos invadiram a fábrica e mantiveram como reféns 370 supervisores e gerentes, só liberados no dia 27. Em nota oficial, a empresa manifestou "seu veemente protesto e repúdio a esses acontecimentos, esperando que prevaleça o bom senso e sejam imediatamente restabelecidos os mais elementares princípios de liberdade, dignidade e respeito aos direitos humanos e à propriedade privada".

No dia 29, a GM entrou na Justiça com pedido de reintegração de posse de sua fábrica de São Caetano, ocupada pelos grevistas, conseguindo liminar favorável do juiz Jayme Aparecido Tortorello, que não autoriza o uso de força policial para a medida. Os grevistas só deixaram o pátio no dia seguinte, depois de exigirem um laudo judicial para comprovar que as instalações não tinham sido danificadas. André Beer, vice-presidente da montadora, ressaltou que "baderneiros" não entrarão mais na GM. Segundo ele, "a Nova República pressupõe maior liberdade para os trabalhadores, mas os governantes têm que garantir o patrimônio privado e o direito de trabalhar para quem o deseje".

No mesmo tom, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Luis Eulálio de Bueno Vidigal, defendeu a necessidade de a polícia agir com mais energia contra a violência dos piquetes. Para ele, a atuação mais enérgica não significa o emprego de força física ou espancamento de trabalhadores. Ao contrário, explicou, "o que se quer é um policiamento preventivo, para impedir a ocupação de empresas e ações violentas contra aqueles que pretendem continuar trabalhando, e que são maioria".

Abrahan Kasinski, presidente da Cofap, assinalou que a ação dos radicais é nociva aos próprios trabalhadores. A seu ver, "o mais triste de tudo isso é que os empresários não tiveram o apoio de que precisavam, na hora certa, e capitularam diante da pressão dos radicais", referindo-se aos acordos firmados por algumas empresas diretamente com os sindicatos de metalúrgicos. Segundo ele, não se tratou de negociação direta, pois as reivindicações foram impostas, sem opções, já que a maioria dessas empresas tem compromissos com fornecedores e não pode parar. Além disso, considerou chocante a invasão de fábricas e a necessidade de as empresas precisarem recorrer Justiça para obter a reintegração de posse de suas propriedades: "E como ter de esperar o ladrão entrar em casa, para então ir à Justiça e pedir uma liminar, e só depois chamar a polícia para tomar as providências."

O empresário Renato Curi, presidente da Panex, criticou a atuação do governador Montoro em todo o episódio da greve. "Numa atitude populista — afirmou —, querendo garantir sua imagem política, o governo garantiu aos trabalhadores o direito de greve, previsto na Constituição. Mas se esqueceu de garantir outros direitos, previstos na mesma Constituição, o de trabalhadores que não quiserem aderir à greve poderem trabalhar e o de preservar a propriedade privada." Observando que o TRT já declarou a greve do Grupo Independente ilegal, Curi comentou ainda que nenhum empresário quer que a polícia use de violência indiscriminada, "mas não se pode aceitar que as autoridades assistam ao flagrante desrespeito à lei, sem tomar qualquer providência".

As providências reclamadas do governo estadual começaram a ser exigidas também pelo Palácio do Planalto, onde se reuniram no dia 30 de abril com o presidente José Sarney os

ministros Pazzianotto, Gusmão, Castelo Branco (Gabinete Civil), Fernando Lyra (Justiça) e o general Ivan de Souza Mendes (SM). Por intermédio de Castelo Branco, Sarney deu o recado: o governo federal não permitirá que os movimentos grevistas excedam os estritos limites das reivindicações salariais, nem das categorias profissionais às quais pertençam os manifestantes. Segundo o chefe do Gabinete Civil, o governo detectou agora 43 focos de greve no País, sendo o principal, e mais preocupante, o do ABC paulista, onde a ação dos "piqueteiros profissionais", interessados em provocar perturbação social, é mais intensa.

Sem se referir em nenhum momento à atuação do governo estadual, ou fazer qualquer crítica a Montoro, Castelo Branco acrescentou que Pazzianotto e Gusmão estavam sendo enviados a São Paulo: "A orientação é de agir sem excessos, mas também sem omissões". Um meio-termo que o governador paulista não parece ter ainda encontrado.

Seja como for, com a presença dos ministros em São Paulo os últimos fatos da semana são estes: terminou a greve dos aeroviários e dos motoristas e cobradores de ônibus da Capital. Para uma fonte ligada ao Planalto, "o governo estadual não pode perder a iniciativa de debelar os abusos dos grevistas, pois os objetivos dos provocadores é solapar o princípio da autoridade num início de governo paralisado em parte pela morte de Tancredo Neves". No mesmo encontro no Planalto foi discutida a responsabilidade dos governos federal e estadual, concluindo os ministros que a intervenção policial caberá ao Estado, diante do agravamento da situação, e se não houver iniciativa coibidora, o movimento poderá espalhar-se para outros setores, obrigando a interferência, em caso extremo, do governo federal. Nesta reunião com Sarney foi apontada Infiltração esquerdista nas greves, com o objetivo de enfraquecer o governo, por parte de grupos ligados ao PT, Convergência Socialista, MR-8 e PC do B.

Apesar das complicações imediatas, Montoro continua com os olhos voltados para os assuntos de Interesse nacional. Alguns funcionários do Palácio dos Bandeirantes até já prevêem, ainda que com alguma Ironia, que agora ele vai empenhar-se na campanha das diretas para prefeito das capitais, depois se envolver com a Constituinte e, finalmente, com sua própria candidatura à Presidência da República. E um sonho que ele alimenta há muito tempo, mesmo depois que a última pesquisa de opinião pública, divulgada em março pelo Instituto Gallup, o apontou como o governador mais impopular do País, com um índice de -49.